



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

R. 1570/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Saúde e Saneamento, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública sobre ***"O que a cidade precisa saber sobre saúde e assistência à pessoa com doença Falciforme"***, no dia 17/11/2021, às 13h, no Plenário Paulo Portugal.

A doença falciforme é uma doença do sangue, que provoca alteração nos glóbulos vermelhos gerando anemia crônica. Predominante na população negra, a doença falciforme é grave e exige atenção médica permanente.

Esta audiência se justifica pela necessidade de dar visibilidade, partilhar conhecimento sobre a doença e as possibilidades do trabalho em saúde para a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras da anemia falciforme.

Sugiro que sejam convidados:

- 1- Sr. Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
- 2- Dr^a. Junia Guimarães Mourao Cioffi - Presidente da Fundação Hemominas, Médica hematologista
- 3- José Nélio Januário - Diretor Geral do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – Nupad
- 4- Fabrício Giarola Oliveira - Diretor do Complexo de Urgência e Emergência do Hospital João Paulo II
- 5- Maria Zenó Soares da Silva - Presidenta da DREMINAS- Associação de Pessoas com a Doença Falciforme do Estado de Minas Gerais Coordenadora Geral da FENAFAL(FEDERAÇÃO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2021.

Vereadora Macaé Evaristo

Ao Senhor

Vereador Célio Frois

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

4 / 11 / 21

659
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO
1576/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei Orgânica, c/c com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jackson Machado Pinto, pedido de informação a respeito da inexistência de serviço porta aberta do SUS para o tratamento de aneurisma de aorta roto, com os seguintes questionamentos:

1. Qual o fluxo de acompanhamento de pacientes portadores de aneurisma de aorta abdominal no SUS-BH?
2. Qual o fluxo de tratamento de aneurisma de aorta abdominal eletivo no SUS- BH?
3. Qual o fluxo de tratamento de aneurisma de aorta abdominal roto no SUS- BH?
4. Quais Hospitais dos SUS-BH contam com estrutura para tratamento de aneurisma de aorta abdominal roto?
5. Quantos médicos ou cirurgiões vasculares, com habilidade para realização de cirurgias endovasculares, existem atualmente na rede pública de saúde?
6. Qual o número de cirurgias abertas nos últimos 5 anos para o tratamento de aneurisma de aorta abdominal eletivo no SUS -BH?
7. Qual o número de óbitos, de pacientes aguardando vaga em hospital para tratamento de aneurisma de aorta abdominal roto, nos últimos 5 anos?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 04.11.2021
HORA: 15:08:05



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8. Há algum projeto sobre implantação de tratamento endovascular de aneurisma de aorta abdominal na rede pública de saúde em BH? Se sim, qual o prazo para desenvolvimento do projeto?

Belo Horizonte, 03 de novembro de 2021.

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Dr. Célio Frois

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
4 1 11 1 21

1659
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
1595/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica no CENTRO DE SAÚDE VILA CEMIG, localizado na Rua Coletivo, 68 - Vila Cemig dia 30 de novembro de 2021, às 10:00 h.

A realização desta visita técnica se justifica para que seja verificada :

- . as condições gerais do Centro de Saúde
- . avaliar a estrutura funcional do Centro

Trata-se de reivindicação da comunidade local, que informa a necessidade de uma melhor adequação na estrutura funcional, uma vez quando chove tem vários pontos de alagamentos dentro do posto.

Segue em anexo, lista de convidados para acompanhamento da visita técnica.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.

Vereadora Nely Aquino
PODEMOS
Presidente CMBH



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento
Vereador Dr. Célio Frois

LISTA DE CONVIDADOS

- . Secretário Municipal de Saúde – Dr. Jackson Machado Pinto;
smsa@pbh.gov.br; jackson.machado@pbh.gov.br
- . Coordenador de Administração Regional Municipal Barreiro – Walmir Anselmo Mattos, care-b@pbh.gov.br; walmir.anselmo@pbh.gov.br
- . Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – Josué Costa Valadão
(valadao@pbh.gov.br)
- . Conselho Distrital de Vila Cemig
- . Comissão Local de Saúde

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

9 1 11 1 21

654
Responsável pela distribuição

GABINETE VEREADORA NELY - PODEMOS

Av. dos Andradas, 3.100 Gabinete: B-305 Santa Efigênia BH/MG CEP: 30.260-900

Contato: (31) 3555-1155 E-mail: ver.nely@cmbh.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **1596/2021**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao Prefeito, Sr. Alexandre Kalil e ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jackson Machado, conforme solicitação realizada em depoimento à CPI-COVID, pedido de informação solicitando:

1. Se houve contratações por dispensa de licitação de produtos e serviços para o combate à pandemia, e, se sim, quais foram elas;
2. Se houve prorrogação excepcional em algum contrato para combate à pandemia e, se sim, quais foram elas.

Para fins de celeridade, os documentos poderão ser enviados de forma desmembrada.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

01/11/21

659
Responsável pela distribuição

Exmo. Sr. Vereador
Dr. Célio Frois
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 09/11/21
HORA: 12:14:46



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1597/2021**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, pedido de informação sobre a situação do fechamento do Centro de Saúde Bom Jesus, localizado à Rua Bernardo Cisneiros, 659, no Bairro Bom Jesus, conforme abaixo:

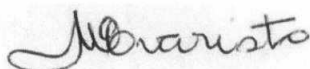
- 1- Houve diálogo com a comunidade para tratar sobre esta retirada da equipe 2 do referido Centro de Saúde? Foi aprovado pelo Conselho regional ou Municipal essa redução do atendimento?
- 2- Quais as medidas tomadas para preservar o atendimento à comunidade dado que a equipe 2 está sendo retirada do Centro de Saúde?
- 3- Foi considerado o maior deslocamento da população atendida?
- 4- Quais as razões técnicas que justifiquem a diminuição da equipe no referido Centro de Saúde Bom Jesus? A população diminuiu? Não há demanda para os serviços de saúde naquela área de atendimento?
- 5- Por que o deslocamento do atendimento para o Posto da Pedreira Prado Lopes que está em reforma e que já tem atendimento precário, não atendendo às necessidades da população cadastrada no mesmo? Vão sobrecarregar esse centro de Saúde em plena pandemia?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 09/11/2021
HORA. 13:10:38

O Mandato tomou conhecimento da decisão pela PBH por meio de denúncia em ofício da Associação Comunitária do Bom Jesus (no formato de abaixo assinado) que afirma ter tomado conhecimento no dia 06/10/2021 que todos os moradores da região que fazem parte do atendimento da referida equipe 2 serão transferidos do Centro de Saúde Senhor Bom Jesus para o Centro de saúde Pedreira Prado Lopes. Fato ocorrido sem que houvesse nenhum comunicado prévio à comunidade.

É sabido que o Centro de Saúde Pedreira Prado Lopes encontra-se em reforma, estando provisoriamente com o seu atendimento sendo feito em outro prédio, que não em sua sede. Também é de conhecimento de todos os moradores que o Centro de Saúde Pedreira Prado Lopes tem atendimento precário, não atendendo de forma adequada às necessidades da população cadastrada no mesmo.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021



Vereadora Macaé Evaristo

Ao Senhor

Vereador Dr Célio Frois

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

9 / 11 / 21

4649
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº _____

1598/2021


Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito do Município de Belo Horizonte e a Superintendência de Limpeza Urbana-SLU, pedido de informações sobre o serviço de varrição do Conjunto Esperança, localizado na Região do Barreiro.

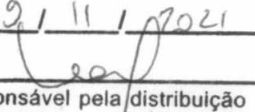
O presente requerimento visa obter mais informações sobre por qual motivo o **serviço de varrição não está sendo realizado** pela Superintendência de Limpeza Urbana-SLU no Conjunto Esperança.

A presente solicitação objetiva dar uma resposta efetiva do poder público para o cidadão, tendo em vista que o serviço visa minimizar os riscos à saúde pública, além de manter a cidade limpa prevenindo a ocorrência de enchentes.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2021.


Vereador Wanderley Porto
PATRIOTA

Ao Senhor
Vereador Dr. Célio Frois
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>09/11/2021</u>
 Responsável pela distribuição

Diret. Exec. Legislativa-09-Nov-2021-13:40-003266-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **1599/2021** COMISSÃO

Requeiro a esta Comissão de Saúde e Saneamento, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Comunidade Tiradentes – Região Nordeste, com a finalidade de avaliar as condições estruturais, de saneamento e água, limpeza urbana, iluminação e demais serviços básicos.

Sugiro a data de 18/11/2021, quinta-feira, às 10h. Como ponto de encontro a Rua Padre Argemiro Moreira, nº 6920, bairro Capitão Eduardo, e envio de convite para:

- Josué Valadão – Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI;
- Henrique de Castilho Marques de Sousa - Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap

Requeiro, ainda, o suporte da consultoria técnica legislativa e da assessoria de imprensa da Casa.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.

Vereador Léo
Líder de Governo

Excelentíssimo Senhor Presidente
Comissão de Saúde e Saneamento
Vereador Dr. Célio Frois

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>09/11/2021</u>
<u>326</u>
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 09/11/21
HORA. 14:58:07



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão de Saúde e Saneamento

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 174/2021

Relatório

O Projeto de Lei 174/2021, que “Dispõe sobre a criação do Programa ‘Empresa Amiga Saúde da Mulher’, e dá outras providências”, de autoria dos nobres vereadores Nely Aquino, Gabriel Azevedo, Jorge Santos, Wanderlei Porto, Álvaro Damião, Henrique Braga, Marcos Crispim, Célio Fróis, Marilda Portela e Flávia Borja e outros, vem a esta Comissão de Saúde e Saneamento, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer.

Nos termos do despacho de recebimento dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 174/2021 foi distribuído a esta Comissão de Saúde e Saneamento nos termos do art. 52, VI do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Na Comissão de Mulheres teve parecer pela aprovação.

Conforme designação, passo à fundamentação e conclusão do parecer.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 174/2021 em análise, teve justificativa conforme abaixo:

As causas do câncer de mama variam. O sexo feminino possui maior risco em comparação ao sexo masculino. Além do mais tem a questão do histórico familiar, obesidade, etilismo, uso de terapia de reposição hormonal e tratamento com radioterapia previamente. Porém, é um tumor curável em até 95% dos casos se detectado na fase inicial, sendo o diagnóstico precoce fator de grande importância.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para a cura, boa parte da sociedade médica sugere que a idade para início da realização do exame seja entre 40-45 anos. Mulheres que tenham casos de câncer de mama na família, o rastreamento deve começar antes. O objetivo desse projeto de lei é incentivar as empresas a motivarem suas funcionárias a fazerem a mamografia o quanto antes, com intuito de preservar a saúde das mulheres.

Conforme dados disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde, a incidência de câncer de mama praticamente duplicou nos últimos vinte e cinco anos, inclusive, este se tornou o tumor maligno mais diagnosticado no mundo, com 2,3 milhões de casos registrados no ano de 2020.

Especialistas afirmam que embora o câncer de mama tem avançado e atingido cada vez mais mulheres, os tratamentos que objetivam curar ou melhorar a qualidade de vida das pacientes também estão avançando e evoluindo cada vez mais.

A prevenção primária, considerando as ações de controle do Instituto Nacional de Câncer - INCA, consiste em praticar atividades físicas, manter o peso corporal adequado, adotar uma alimentação mais saudável e evitar ou reduzir o consumo de bebidas alcoólicas.

O exame descrito no Projeto de Lei nº 174/2021 consiste em imagens das mamas, que são obtidas por meio de radiografia que serve para identificar lesões, nódulos, assimetrias e diagnosticar precocemente o câncer de mamas.

O câncer de mama é mais frequente em mulheres a partir dos 55 anos de idade, mas o rastreamento mamográfico é recomendável para mulheres a partir dos 40 anos de idade, de forma anual. A partir dos 70 anos, a frequência depende de critério médico.

Estima-se que pelo menos 20% da taxa de mortalidade por câncer de mama foi reduzida graças ao exame de mamografia.

No ano de 2006 foi promulgada, no estado de Minas Gerais, a Lei 16.168 que instituiu a Semana de Luta contra o Câncer de Mama, que dispõe, em suma, que na terceira semana do mês de julho, o poder público e empresas privadas promoverão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atendimentos, exames, palestras e afins, acerca da conscientização da população e da redução dos índices de mortalidade vinculada ao câncer de mama.

Os direitos sociais, advindos da segunda dimensão dos direitos fundamentais, trouxe em seu bojo o direito à saúde, obrigando o Estado a fomentar políticas públicas que versem sobre a implementação de prestações positivas estatais.

Deste modo, embora a implementação desta segunda dimensão tenha sido recente, surgindo com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1934, o respeito à saúde tem tido avanços diários e este Projeto de Lei nº 174/2021 é prova disso.

Ademais, a saúde, como já dito, é um direito social constitucionalmente previsto, encontrando amparo no art. 6º da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015, devendo servir de base para todas as demais normais que decorrerem dela. Assim, sendo, segue conteúdo normativo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O assunto em comento, é de suma importância, cabendo nos evidenciar, mais uma vez, que a ordem constitucional dispôs sobre uma seção dedicada exclusivamente à saúde, tendo em vista tamanha relevância para o ordenamento jurídico. Deste modo, assim consagra o art. 196 da Constituição Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O município, refletindo o exposto na Constituição Federal, editou a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que também consagrou o direito à saúde como objetivo prioritário do município. Vejamos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 3º - São objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no art. 166 da Constituição do Estado:

[...]

VI - priorizar o atendimento das demandas da sociedade civil de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento, lazer e assistência social;

No mesmo sentido e até de uma forma mais enfática, dispõe o art. 141 da mesma Lei:

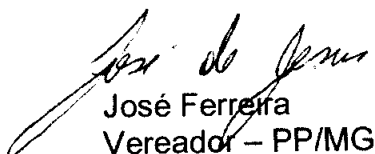
Art. 141 - A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação

Deste modo, a política pública apresentada no Projeto de Lei nº 174/2021 encontra amparo não apenas na lei orgânica municipal, mas também em normas constitucionais.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 174/2021.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021


José Ferreira
Vereador – PP/MG



Ofício SUPVISA/DALE n.º 0910/2021

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021.

Assunto: Of. DIRLEG nº 1.861/21

Senhor Diretor,

Em resposta ao ofício em epígrafe, o qual encaminha o Requerimento de Comissão nº 633/2021 de autoria da Ex.^{ma} Sra. Vereadora Macaé Evaristo, tecemos a V.S^a as seguintes considerações:

“Dada a lei municipal que permite a compra por consórcios, portanto, não é preciso esperar os repasses de vacinas do governo Federal, quais providências têm sido tomadas com vistas as efetuar as compras das vacinas?”

A Prefeitura de Belo Horizonte se inteirou e avaliou todas as eventuais possibilidades para a aquisição de vacinas, destacando-se a tentativa de aquisição por meio da Frente Nacional de Municípios e/ou aquisições diretas de laboratórios produtores.

A única possibilidade que, em um primeiro momento, parecia ter alguma viabilidade, se tratava da aquisição da vacina Russa, Sputnik V.

Porém, a referida vacina não foi licenciada pela ANVISA e, dessa forma, mesmo que houvesse vacina disponível, a sua aquisição não seria viável em função da vedação pela legislação sanitária do país.

“Quando chegarão as vacinas para imunizar a população toda por meio da lei que o governo aprovou de compra própria?”

Como já informado, apesar dos esforços do município, a aquisição por conta própria não foi possível de ser viabilizada.

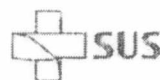
“Qual o calendário de imunização previsto para essas vacinas e as repassadas pelo SUS nacional?”

Em relação às vacinas repassadas pelo Ministério da Saúde, as remessas estão ocorrendo, em média, com a periodicidade semanal, principalmente das vacinas Coronovac/ Butantã, Pfizer e Astrazeneca/FIOCRUZ, com alguns atrasos nas entregas da Coronovac e da Astrazeneca, em função de problemas no recebimento do Ingrediente Farmacêutico Ativo –IFA, segundo os laboratórios.

No que se refere a vacina Jansen, até o presente momento o município recebeu duas remessas e priorizou sua aplicação na população em situação de rua, por ser dose única.

Em função dos quantitativos e respectivos fabricantes, o município tem divulgado semanalmente o cronograma de vacinação e todas as informações a este respeito são disponibilizadas no portal www.pbh.gov.br

Destacamos que toda a população com 12 ou mais anos de idade já recebeu a primeira dose ou dose única de vacina contra a COVID-19 e, mantido o cronograma de entrega por parte do Ministério da Saúde, a conclusão da aplicação da segunda dose se dará até a primeira quinzena do mês de dezembro.



A dose de reforço para os grupos elegíveis também se encontra em andamento, respeitando o prazo mínimo de seis meses entre a segunda dose e a dose de reforço, exceto para a população com imunossupressão grave, para a qual este prazo é de 28 dias.

“Há um planejamento de vacinação previsto para os próximos 6 meses? Pode enviar à CMBH?”

Não existe como fazer um planejamento para seis meses, considerando que as informações sobre os quantitativos e respectivos fabricantes são disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Saúde, no máximo, com 7 (sete) dias de antecedência e, mesmo assim, sujeito a alterações. Além disso, muitas adequações são indicadas pelo Ministério da Saúde ao longo do processo de vacinação como a inclusão de novos grupos, alteração de prazos entre as doses, etc.

Entretanto, a Prefeitura de Belo Horizonte está preparada para cumprir todos os apazamentos técnicos recomendados pelo Ministério da Saúde, com pessoal disponível, assim como toda a infraestrutura necessária.

“Pode ser publicado com a devida antecedência o calendário de vacinação de pessoas acima de 30 anos e grupos profissionais específicos?”

Todas as pessoas com 30 anos e mais já foram convocadas para o recebimento da segunda dose até o dia 29 de outubro.

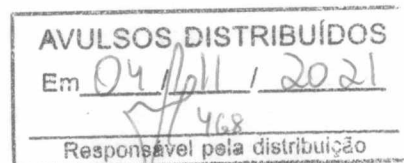
Todos os grupos específicos já receberam a primeira dose da vacina.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

Fabiano Geraldo Pimenta Júnior
Subsecretário
Subsecretaria de Promoção e Vigilância à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde- SMSA

Ilmo. Sr.
Felipe Prates Rozenberg
Diretor
Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE)





OF. SMGO/DALE Nº **585/2021**

Belo Horizonte, 05/11 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.290/2021** – Vereador Irlan Melo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.544/21, de 22/09/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.290/2021, de autoria do Vereador Irlan Melo, que solicita informações sobre a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte em relação às pessoas com doenças celíaca.

Consultada, a Secretaria Municipal de Saúde emitiu resposta por meio do Ofício GEAPS/DIAS/SUASA/SMSA/Nº 176/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Felipe Prates Rozenberg

Diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

OFÍCIO GEAPS/DIAS/SUASA/SMSA/Nº 176/2021

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2021

Para: Gabinete Municipal de Saúde - SMSA

Assunto: Resposta demanda TAG 342694

Prezados,

Em atendimento à **TAG 342694**, que solicita informações sobre a atuação da rede SUS-BH em relação às pessoas com doença celíaca, a Gerência de Atenção Primária à Saúde (GEAPS) informa que:

A Atenção Primária à Saúde (APS) na rede SUS-BH segue as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) e da Política Estadual de Atenção Primária à Saúde de Minas Gerais (PEAPS-MG) regulamentadas, respectivamente, pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução SES/ MG nº 5.270, de 13 de abril de 2016. O atendimento nos Centros de Saúde do município levam em consideração os princípios norteadores da APS: acesso, integralidade, coordenação do cuidado, longitudinalidade, atenção centrada na pessoa e na família, trabalho em equipe, resolutividade, equidade, intersetorialidade, segurança assistencial e qualidade no cuidado

Com relação à Doença Celíaca (DC), uma enteropatia crônica do intestino delgado, de caráter autoimune, desencadeada pela exposição ao glúten (principal fração proteica presente no trigo, centeio e cevada) em indivíduos geneticamente predispostos, às pessoas portadoras desta condição são acompanhadas nos diversos serviços que compõem a rede de atenção à saúde (RAS) do município. Os profissionais da rede que acompanham estes usuários seguem literatura científica, diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos e a Portaria nº 1149, de 11 de novembro de 2015, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Celíaca.

A identificação de fatores de risco e da doença em seu estágio inicial e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à APS um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

Ao se identificar uma suspeita da doença, é realizado encaminhamento via SISREG para o especialista Gastroenterologista adulto ou pediátrico, com a prioridade estabelecida pelo profissional no momento da consulta. A esses usuários, é garantido a realização de exames

complementares, como endoscopia digestiva alta com biópsia de intestino delgado e marcadores sorológicos. Para acompanhamento, também são realizados exames para detectar outras deficiências nutricionais, tais como anemia ferropriva ou por hipovitaminose de B12, deficiência de cálcio e de ácido fólico.

Os usuários portadores de doença celíaca também são acompanhados por nutricionista do Centro de Saúde, com prescrição de orientações dietéticas (dieta sem glúten). As dietas fornecidas pela PBH para utilização em sondas e suplementos já tem sua constituição livre de glúten, o que já contempla os usuários com DC.

1) Quais medidas específicas a Prefeitura de Belo Horizonte implementa/implementou em atenção às pessoas com doenças celíacas no Município?

A rede de atenção à saúde de Belo Horizonte oferta seus cuidados baseados nos princípios e diretrizes do SUS: acesso, integralidade, coordenação do cuidado, longitudinalidade, atenção centrada na pessoa e na família, trabalho em equipe, resolutividade, equidade, intersetorialidade, segurança assistencial e qualidade no cuidado. Às pessoas portadoras de doença celíaca é garantido atendimentos em toda RAS, inclusive acesso a especialistas e exames.

2) A alimentação dispensada na Rede de Saúde de Belo Horizonte respeita as necessidades de pacientes celíacos?

As dietas fornecidas pela PBH para utilização em sondas e suplementos já tem sua constituição livre de glúten para evitar sobrecarga gastro intestinal.

3) Há protocolo de atendimento nos casos de pacientes com suspeita de doença celíaca?

Os protocolos de orientação estão no Ministério da Saúde PORTARIA Nº 1149, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Celíaca.

http://conitec.gov.br/images/Protocolos/PCDT_DoencaCeliaca.pdf

4) Há levantamento de dados quantitativos em relação ao número de pessoas com doenças celíacas no município?

Consta no SISREDE o seguinte número de diagnósticos dos últimos 5 anos, de usuários atendidos na rede SUS-BH

Tatiana M. Beltrami Lima Carvalho
Secretária

Subsecretária de At. à Saúde
Belo Horizonte

Ano Atend	Cid	Descricao Diagnostico	Qtde Diagnostico
2016	K900	DOENCA CELIACA	
2017	K900	DOENCA CELIACA	
2018	K900	DOENCA CELIACA	
2019	K900	DOENCA CELIACA	
2020	K900	DOENCA CELIACA	
2021	K900	DOENCA CELIACA	

5) Quais legislações em Belo Horizonte possuem como escopo o atendimento específico às pessoas com doenças celíaca?

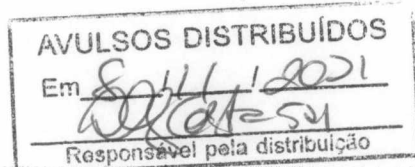
A Atenção Primária à Saúde (APS) na rede SUS-BH segue as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) e da Política Estadual de Atenção Primária à Saúde de Minas Gerais (PEAPS-MG) regulamentadas, respectivamente, pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução SES/ MG nº 5.270, de 13 de abril de 2016

6) Sabendo que em maio é celebrado o mês do celíaco - Maio Verde quais as medidas de conscientização e visibilidade da causa a Prefeitura de Belo Horizonte implementou nos últimos 5 anos?

A SMSA preza pelo acesso e qualidade da assistência à saúde de sua população, em alinhamentos com nossa equipe clínica e atendendo às diretrizes do Ministério da saúde e das secretarias de saúde, sempre ressaltando a importância da utilização de CID's específicos, neste caso o CID K 90, a serem elencados no atendimento dos usuários. A justificativa é de evidenciar a população atendida na APS e suas síndromes para propor ações de vigilância e ações futuras

Atenciosamente,

Viviane Lino da Silva
Viviane Lino da Silva
Referência Técnica
Gerência de Atenção Primária à Saúde - GEAPS
Diretoria de Assistência à Saúde - DIAS
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA



Denyse Maria Diniz Gonçalves
BM 41198/2
Gerente Adjunta de Atenção Primária à Saúde - GEAPS
Diretoria de Assistência à Saúde - DIAS
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA
Gerente
Gerência de Atenção Primária à Saúde - GEAPS
Diretoria de Assistência à Saúde - DIAS
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

De acordo,
Taciana Malheiros Lima Carvalho
Secretaria Adjunta - SMSA
Subsecretaria de Assistência à Saúde
BM 76.3547



OF. SMGO/DALE Nº 574 /2021

Belo Horizonte, 01/11/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.358/2021** – Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.844/21, de 06/10/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.358/2021, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19.

Consultada, a Secretaria Municipal de Saúde emitiu resposta por meio do Ofício SMSA/DALE nº 0903/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

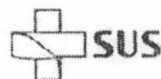
Felipe Prates Rozenberg

Diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



Secretaria Municipal de Saúde

Ofício SMSA/DALE n.º 0903/2021

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2021.

Assunto: Of. DIRLEG n.º 3.844/21

Senhor Diretor,

Em resposta ao ofício em epigrafe, o qual encaminha o Requerimento de Comissão n.º 1358/2021 de autoria da Ex.^{ma} Sra. Vereadora Duda Salabert, encaminhamos a V.S^a o ofício n.º 137/2021 oriundo da Diretoria de Promoção à Saúde e Vigilância Sanitária (DPSV), contendo maiores esclarecimentos acerca da demanda.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

Jackson Machado Pinto
Secretário
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ilmo. Sr.
Felipe Prates Rozenberg
Diretor
Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE)



Ofício DPSV/SMSA n.º 137/2021

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2021

Assunto: Resposta ao Ofício Dilerg 3.844/CMBH

Assunto: Vacinação da população com dose de reforço vivendo com HIV/AIDS em Belo Horizonte


Prezado Dr Jackson Machado Pinto,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste manifestar nossa apreciação quanto à demanda referente ao Requerimento de Comissão 137/2021 da CMBH de 06/10/21 acerca da vacinação da população vivendo com HIV/AIDS em de Belo Horizonte.

Conforme previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra covid19 e na Nota Técnica nº 27/2021-SECOVID/GAB/SCOVID/MNS de 26/08/21, a dose adicional para as pessoas portadoras de alto grau de imunossupressão, incluindo pessoas vivendo com HIV/AIDS independente da contagem de células CD4, foi iniciada em Belo Horizonte em 07/10/2021. A convocação das pessoas com alto grau de imunossupressão elegível para receberem a dose de reforço está sendo realizada com a vacina da Pfizer e segue calendário disponibilizado no portal da PBH.

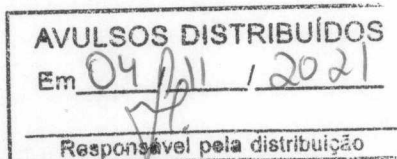
Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Atenciosamente,


Paulo Roberto Lopes Corrêa

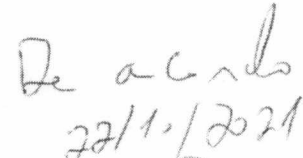
Paulo Roberto Lopes Corrêa
BM 39.493-2
Diretoria de Promoção à Saúde
e Vigilância Epidemiológica
DPSV / SMSA - BH

Diretor de Promoção à Saúde e Vigilância Epidemiológica
Subsecretaria de Promoção e Vigilância à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde / PBH



Dr Jackson Machado Pinto

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte


Patrícia Gonçalo Pereira Junior
Subsecretária
Promoção e Vigilância à Saúde
BM 93.779-01



OF. SMGO/DALE Nº 590 /2021

Belo Horizonte, 05/11/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.399/2021** – Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.943/21, de 14/10/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.399/2021, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre o tratamento de pacientes com doenças vasculares no Município, dirigido à Secretaria Municipal de Saúde.

Consultada, a referida Secretaria emitiu resposta por meio do Ofício SMSA/DALE nº 0902/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Felipe Prates Rozenberg

Diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Ofício nº 0902/2021 - 05/11/2021 - 10:08:00 - 003192-2/2



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



Secretaria Municipal de Saúde

Ofício SMSA/DALE n.º 0902/2021

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2021.

Assunto: Of. DIRLEG nº 3.943/21

Senhor Diretor,

Em atenção ao ofício em epígrafe, o qual encaminha o Requerimento de Comissão nº 1399/2021 de autoria da Ex.^{ma} Sra. Vereadora Fernanda Pereira Altoé, encaminhamos a V.S^a o ofício nº 010/2021 oriundo da Diretoria de Regulação de Média e Alta Complexidade em Saúde (DMAC), contendo maiores esclarecimentos acerca da demanda.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

Taciana Malheiros Lima Carvalho
Secretária Adjunta
Subsecretaria de Atenção à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ilmo. Sr.
Felipe Prates Rozenberg
Diretor
Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE)



MINUTA. DMAC/SMSA/SUS-BH - EXTERNO/Nº 010/2021

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2021

Prezada Senhora Secretária Adjunta,

Considerando o Ofício nº 3.943/21, que trata sobre o Requerimento de Comissão nº 1.399/21, temos a esclarecer:

1. Qual o número de pessoas que estão atualmente em tratamento de úlceras venosas no município de Belo Horizonte?

Os usuários com úlceras venosas são atendidos na rede de atenção à saúde de Belo Horizonte e os Centros de Saúde realizam assistência através de equipe multiprofissional.

Na atenção primária são realizados curativos com diversas coberturas especiais e bota de Unna, conforme avaliação e prescrição do enfermeiro.

Não é possível estratificar quantos usuários estão cadastrados para realização de curativos ou têm lesões de etiologia venosa, pois o registro do atendimento é nominal e não pelo tipo de lesão.

2. Quais os locais destinados para o tratamento de úlceras venosas no município e qual o tratamento empregado?

Como informado anteriormente, o tratamento dos usuários com úlceras venosas se inicia nos centros de saúde, e aqueles que demandam avaliação especializada são encaminhados para a especialidade Angiologia, ofertada nas Unidades de Referência Secundária Sagrada Família, Campos Sales, Centro Sul e Padre Eustáquio, bem como nos serviços contratados, CEM Santa Casa e Hospital Universitário Ciências Médicas.

Não há informação disponível, em nossos sistemas sobre quais desses usuários têm história clínica relacionada com úlceras venosas.

3. Qual o custo mensal das cirurgias de varizes realizadas pelo Sistema Único de Saúde?



Para responder esta pergunta retiramos do sistema de informações TABWIN/DATASUS os dados de procedimentos cirúrgicos realizados em 2019, considerando que os anos de 2020 e 2021 foram muito impactados pela redução imposta pela pandemia de COVID 19.

Procedimentos realizados em regime hospitalar (cirúrgicos)	Frequência	Valor Total	Média Mensal
0406020566 TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL)	904	R\$530.360,66	R\$586,68
0406020574 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES (UNILATERAL)	70	R\$34.267,90	R\$489,54
Total	974	R\$564.628,56	R\$579,70

Procedimentos realizados em regime ambulatorial com utilização de espuma	Frequência	Valor Total	Média Mensal
0309070015 TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	38	R\$11.429,64	R\$300,78
0309070023 TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)	552	R\$216.726,24	R\$392,62
Total	590	R\$228.155,88	R\$386,70

- 4 - Qual o custo mensal relacionado aos curativos de úlceras venosas realizados pelo Sistema Único de Saúde?

A aquisição de coberturas especiais destinadas ao tratamento de lesões é realizada anualmente. No ano de 2020 o valor empregado para este fim foi de R\$3.360.038,00, observando que essas coberturas também atendem usuários com lesões ulcerosas de outras etiologias.

- 5 Qual o número de pessoas na fila de espera para cirurgia de varizes e qual a previsão para atendimento de todos estes pacientes?

Em 20/10/2021, a Gerência de Regulação do Acesso Hospitalar (GERAH) registra 880 usuários aguardando tratamento cirúrgico de varizes (varicectomia), sendo o tempo médio de espera, aproximado, de 7 meses, considerando a oferta atual.



A GERAH está em tratativas com a Rede Hospitalar própria e conveniada, para a retomada das cirurgias eletivas, após o contingenciamento secundário ao período mais crítico de COVID-19 e este tempo médio de espera deverá sofrer redução.

É importante frisar também que o aumento no número de pacientes ocorreu devido à drástica redução de oferta de procedimentos eletivos em face das restrições de atendimento decorrentes à pandemia de COVID 19.

Historicamente há oferta satisfatória para realização do tratamento cirúrgico de varizes de membros inferiores e o atendimento às demandas dos usuários ocorre de maneira tempestiva.

- 6 Qual o número de pessoas na fila de espera para consulta com angiologista/cirurgião vascular e qual o prazo previsto para atender todos os pacientes que hoje estão na fila?

Há em fila de espera na Gerência do Acesso Ambulatorial (GERAM) 16.038 usuários que aguardam por uma primeira consulta com angiologista e 917 usuários aguardando consulta de retorno, perfazendo um total 16.956 usuários.

Não é possível prever o prazo para atendimento de todos os pacientes, visto a dinamicidade da fila.

É importante salientar que os usuários podem ser cadastrados sob regulação caso seu quadro clínico se agrave e seu atendimento será priorizado pela equipe de médicos reguladores da GERAM.

Lembramos novamente que o período pandêmico ocasionou a queda na oferta e o aumento da demanda. Entretanto estamos experimentando um retorno gradativo das ofertas.

- 7 Já existe no Sistema Único de Saúde ambulatórios equipados com aparelho de ultrassom Duplex Scan? Se sim, quais são esses ambulatórios?

Os ambulatórios da rede própria e conveniada equipados com duplex-scan são URS Sagrada Família, URS Padre Eustáquio e CEM Santa Casa.

- 8 Qual o número de angiologistas/cirurgiões vasculares na rede pública de saúde atualmente? Há previsão de novas contratações destes profissionais?

Atualmente temos agendas em nome de 13 profissionais



No momento há negociação para abertura de novas agendas nesta especialidade em alguns ambulatorios na rede conveniada e aguardamos para breve o retorno da proposta com os quantitativos a serem incrementados.

9- Existe na Secretaria de Saúde, algum projeto para a implantação do tratamento de espuma em doenças vasculares no município?

Informamos que foi incorporado na tabela SIGTAP, do Sistema Único de Saúde, desde abril de 2017 o procedimento de tratamento de espuma em doenças vasculares periféricas e este procedimento vem sendo amplamente utilizado no tratamento dos portadores de varizes de membros inferiores, desde que cumpridos os requisitos para realização do procedimento como tratamento curativo e não por motivação estética.

Atenciosamente,

Dra. Christine Ferretti Santiago – CRM17854
Diretora de Regulação de Média e Alta Complexidade em Saúde
DMAC/SMSA/SUS-BH

